

*República da Turquia:  
Partido da Justiça e Desenvolvimento e a Projeção de uma  
Potência Regional (2001-2020)*



Fonte: Carnegie Europe (2017)

**Autor:** André Ferreira Belbut  
Aspirante Aluno do Mestrado Integrado em Aeronáutica Militar na especialidade de  
Piloto-Aviador  
Academia da Força Aérea, Sintra

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Doutora Teresa de Almeida e Silva  
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa

**Coorientador:** Coronel Luís Manuel Pinto de Almeida da Rocha  
Força Aérea Portuguesa, Academia da Força Aérea, Sintra

## **Resumo**

O Partido de Justiça e Desenvolvimento, AKP, de matriz islâmica, transformou-se no partido político de maior sucesso desde a fundação da República da Turquia, em 1923, no seguimento da dissolução do Império otomano. Num espaço de aproximadamente 20 anos, este partido revolucionou a política interna e externa turca, desde a economia à estrutura do poder, até ao posicionamento do país no sistema internacional.

A mudança da estrutura do Estado, que transitou de um sistema político parlamentar para um sistema presidencialista, onde o poder passou a concentrar-se largamente no presidente Recep Tayyip Erdogan, e a transformação por parte do sistema internacional, gradualmente mais permissivo e com menores pressões sistémicas, constituíram fatores de que resultaram uma mudança radical na agenda política da Turquia, e um corte com a tradicional visão kemalista do passado.

A presente dissertação procura, através de uma perspetiva baseada no Realismo Neoclássico, analisar algumas destas mudanças promovidas por esse novo ator político no contexto da política interna e do sistema internacional. A “nova Turquia”, de acordo com a nossa análise, apresenta agora uma identidade nacionalista mais independente no sistema internacional e desempenha um reforçado papel de potência regional, resultado da identidade política promovida pelo Partido de Justiça e Desenvolvimento, AKP, a nível doméstico.

**Palavras-chave:** Turquia; Erdogan; AKP; Realismo Neoclássico.

## **1. Introdução**

O domínio do islamismo moderado na República da Turquia, hoje em dia, fortemente representado pela posição praticamente hegemónica do Partido de Justiça e Desenvolvimento (AKP) dentro da sociedade turca reflete, na realidade, uma transformação relativamente recente na história da Turquia. A ascensão do AKP, partido político com origens no islamismo moderado, representa o culminar de um longo processo de disputa entre o “centro e a periferia da sociedade”; por outras palavras, o culminar de um conflito latente entre o Estado secular kemalista autoritário e uma maioria muçulmana à procura de mudança (Lord, 2018).

A vitória, com maioria absoluta do AKP, em 2002, foi recebida por vários setores da sociedade turca, como mais um passo para o desenvolvimento democrático do Estado, por colocar no centro político, a maioria muçulmana afastada, ao longo de mais de setenta anos, dos centros decisórios, por uma minoria autoritária representada pelas elites seculares kemalistas (*ibidem*).

Paradoxalmente, a entrada do AKP, e do seu líder, Recep Tayyip Erdogan, no centro do palco político da Turquia tem suscitado sérias reservas sobre o real progresso da democracia no país. Em vez de promover o aumento de liberdades para todos, o novo regime de Ancara tem privado de espaço qualquer movimento de oposição, apenas deixando lugar para o aumento de liberdades no seu suporte eleitoral conservador, muito em especial, nas bases mais restritas pautadas pelo islamismo político (Cagaptay, 2020).

Em pouco mais de 10 anos, Erdogan, através de cuidadosos esforços diplomáticos, foi capaz de transpor o obstáculo do secularismo enraizado na política turca, criando, assim, uma maior bipolarização entre a nação que abraça por completo a marca de Erdogan e uma outra, imbuída dos valores seculares que se lhe opõe veementemente (*ibidem*).

Estas profundas mudanças no palco doméstico tiveram implicações na política externa turca, até então intrinsecamente ligada à filosofia kemalista, fortemente marcada pelo ocidentalismo e falta de abertura para com o mundo árabe, o que levava então a que a Turquia

fosse genericamente entendida como “um país que seguia as tendências criadas pelo Ocidente e a Europa” (Cagaptay, 2020, p. 5) que se distanciava do seu passado histórico otomano.

A legitimidade de poder de Erdogan reside agora na sua capacidade de mobilizar mandatos democráticos, o que, no futuro, dependerá sempre da sua capacidade de manter a uma base eleitoral consolidada e uma oposição enfraquecida. Para o efeito, Erdogan tem vindo a vincar a vertente iliberal populista do seu discurso e políticas, dando assim azo a um aumento da bipolarização da sociedade turca (Şahin, 2020).

As transformações do sistema internacional, e o papel do AKP como ator protagonista, na política doméstica da República da Turquia, deu azo, naturalmente, a mudanças, algumas radicais, na política externa do país: a anterior política externa kemalista, tradicionalmente mais fechada, centrada nos problemas securitários nacionais e alinhamento com o Ocidente, foi sendo substituída por uma nova agenda cada vez mais independente (*ibidem*).

### **1.1 Objeto de Estudo**

O Objeto de Estudo da presente tese de mestrado na área das Relações Internacionais (RI) é o estudo da República da Turquia tendo em conta a ascensão política do AKP. O objeto último desta dissertação consiste na elaboração de uma análise do posicionamento da Turquia, dominada pelo AKP, face aos principais eventos domésticos, regionais e internacionais.

Analisar a Turquia implica contemplá-la na sua plenitude, desde a sua história e ‘traumas’, composição social, relações diplomáticas, vetores de atuação, economia, religião, composição política entre tantos outros fatores que constroem a realidade desta nação ímpar, onde dificilmente encontraremos verdades absolutas ou versões binárias independentes dos seus contextos.

### **1.2 Base Teórica – Realismo Neoclássico**

Na área das RI existem várias teorias, e modelos interpretativos. Enquanto investigadores, há a necessidade de optar no nosso estudo, por uma dessas teorias, não obstante, mantendo-nos recetivos às ferramentas, igualmente válidas, disponibilizadas por todas as restantes teorias. Esta dissertação segue a perspetiva das RI, definida pelo Realismo Neoclássico (RN) e faz uso mais prático dos modelos de análise de Kitchen e Schweller, para chegar às nossas conclusões.

Como em outras variações do Realismo, o RN entende o sistema internacional enquanto constante competição entre diferentes Estados em busca de poder material e segurança, num mundo de recursos escassos e de incerteza, em que forças sistémicas incentivam a competição entre os Estados (Rose, 1998).

No entanto, para o RN, não existe uma forma de colocar em prática todo o Poder de um Estado de uma forma imediata ou perfeita. Os comportamentos dos Estados não podem ser avaliados unicamente através do Poder, pois estes são também moldados pelos seus agentes individuais, líderes, ou elites que agem sujeitos às suas condicionantes humanas e características do foro individual (*ibidem*).

Os líderes políticos necessitam de manter o apoio interno de forma a serem capazes de extrair e mobilizar os recursos da sociedade doméstica e suas instituições de forma a manter o suporte dos principais grupos de influência da nação. Disto resulta que, muitas vezes, para garantir a estabilidade, o apoio, ou objetivos a curto prazo de nível interno, os líderes políticos tomam medidas menos que ótimas para os interesses macro estratégicos da nação (Lobell, Ripsman, & Taliaferro, 2009).

Schweller, define quatro principais variáveis referentes ao ambiente interno de uma nação e que têm um elevado impacto na articulação da política externa de uma nação.

Estas quatro variáveis domésticas são: (1) Consenso entre as elites; (2) Coesão entre as elites; (3) Coesão social; (4) Vulnerabilidade do regime/governo. Para a análise de um Estado, de acordo com Schweller, e segundo o RN, é importante explorar para além do seu ambiente sistémico internacional, também a “intenção” pessoal dos atores decisórios e a “capacidade” dos mesmos atores de o fazer tendo em conta as repercussões sobre a política interna. As duas primeiras variáveis, (1) (2) Consenso/ Coesão entre as elites, são as variáveis que medem primariamente a “intenção” de agir do Estado; e as duas últimas (3), (4), Coesão social e Vulnerabilidade do regime/governo, as variáveis determinantes na “capacidade” de agir do Estado (Stranger, 2012; Schweller, 2004).

Kitchen, por outro lado, olha para a estrutura mais macro do palco doméstico e apresenta três hipotéticos cenários, sobre a forma como os Estados organizam a sua política externa em resposta ao sistema doméstico e internacional envolvente (Kitchen, 2010).

Os três cenários onde os interesses domésticos de um Estado podem prevalecer em detrimento dos seus interesses estratégicos no ambiente internacional são:

- (1) *Estados muito poderosos*- vêm as escolhas da sua formalização de política externa segundo uma ótica, não apenas definida pelas suas necessidades no contexto global, mas também através de objetivos ideológicos que se tornam o fim em si mesmo;
- (2) *Estados altamente institucionalizados*- dada a sua menor capacidade de mudança, filtram e limitam opções que não estejam alinhados com a cultura política da nação, independentemente dos seus interesses geopolíticos;
- (3) *Estados centralizados*- Neste caso, a política externa é adotada maioritariamente em função das decisões e motivações individuais, o que resulta numa política externa mais imprevisível e dependente geralmente de ganhos pessoais (ibidem).

### **1.3 Enquadramento Conceptual- Kemalismo**

Os princípios do Kemalismo, são a súpula das ações, pensamentos, discursos e projetos formados pelo Mustafá Kemal Atatürk e seu Governo durante a formação da República Turca e o período de reforma estatal, após a queda do Império Otomano (Ágoston & Masters, 2009; Izmaylov, Fakhrutdinov, & Galimzyanova, 2017).

Tendo por base uma atuação *top-down*, o kemalismo, pretende criar das partir das cinzas do Império Otomano um Estado-nação turco, secular, moderno, democrático, com poder suficiente para garantir a sua independência das potências imperialistas europeias e ao mesmo tempo transformar a sociedade segundo o modelo da sociedade ocidental (*ibidem*).

Este passou a ser definido por seis princípios basilares que estiveram desde então institucionalizados no coração da elite política da República turca, nas oito décadas que se seguiram, bem como na própria estrutura social da Turquia (*ibidem*).

Os quatro primeiros princípios (Republicanism, Nacionalismo, Populismo e Revolucionismo) refletem a base ideológica para a reestruturação política, e os últimos dois (Secularismo e Estatismo) os pilares filosóficos em que assentavam as reformas (Dewdney & Yapp, 2021).

Repetidamente, durante a história da República da Turquia, o Kemalismo tem sido frequentemente reinterpretado e adaptado como fonte de poder político, tanto por ideologias socialistas, liberais e conservadoras (Arisan, 2008).

## **2. Pergunta de Partida e Objetivos**

Foram formuladas duas perguntas, uma de partida e uma derivada, que deverão guiar e orientar esta investigação:

**Pergunta de Partida:** O que representa a “Nova Turquia de Erdogan” para o alinhamento da Turquia no sistema internacional, e em particular para o Ocidente?

**Pergunta Derivada:** O que permitiu a superação do Kemalismo na Turquia pelo Islamismo Político?

O Objetivo central da presente investigação prende-se com a criação de uma compreensão holística sobre a atual República da Turquia moldada pela ascensão e consolidação de poder do AKP e de Erdogan como seu indiscutível líder, tendo em conta os implícitos fatores e contextos internos, externos e históricos.

Objetivos Específicos:

- Perceber a identidade, papel e importância do Kemalismo na República da Turquia e a suas limitações que contribuíram para a ascensão do Islamismo Político.
- Identificar os eventos considerados mais impactantes da política interna e externa do AKP e explorar as suas repercussões para o posicionamento geopolítico da Turquia.
- Contribuir para o recorrente debate sobre a possível mudança de orientação, do Ocidente para Oriente, da Turquia no sistema internacional.

### **3. AKP e a “Nova Turquia” de Erdogan**

Com o surgimento do AKP, a Turquia passou a ter ao leme da política uma nova elite que, de uma forma notória e clara, procurou separar-se da anterior elite kemalista, e ao contrário desta, procurou trazer a fé islâmica para a esfera do Estado e não a limitar ao domínio pessoal e da vida privada. O Kemalismo, com a sua visão nacionalista e laica do Estado, deixou de ser visto como a solução e passou a ser tido como parte do problema, por ser incapaz de mitigar a divisão étnica entre turcos e curdos embora estes partilhem de uma história milenar de comunidade e convivência próximas baseada no Islão sunita. Só através da reafirmação desse laço comum poderia ser possível a convivência e coesão, agora em vias de dissolução na atual sociedade turca (Yavuz, 2001; Reynolds, 2012).

#### **3.1 Origens e Base de Poder do AKP**

A vitória do RP, nas eleições antecipadas de 1995, marca o momento em que, pela primeira vez, desde a formação da República Turca, um partido islâmico vence as eleições parlamentares (Lord, 2018).

A maior ameaça do RP, perante os interesses das elites kemalistas, era a sua oposição a uma maior aproximação da Turquia com o Ocidente, em particular, a uma eventual candidatura de adesão à UE (Karadjis, 1997).

O que resultou a 28 de fevereiro de 1997, num golpe de estado pós-moderno pelas Forças Armadas Turcas (FAT), através de um memorando e pressão política ao Governo do RP. Em 1998, o Tribunal Constitucional turco dissolveu o RP, por ser “um centro de atividades contrárias ao princípio de secularismo” (Moe, 2003, 34.º parágrafo).

Os desenvolvimentos em torno do golpe de estado de 1997 apresentaram ao movimento político islâmico turco duas direções distintas possíveis como resposta: a radicalização, ou a moderação do movimento (Cagaptay, 2017).

Abandonando a filosofia partidária do Islamismo conservador, Recep Tayyip Erdogan forma em agosto de 2001 o AKP, declarando que este seria uma força democrática conservadora e moderada, defensora de uma economia de livre de mercado e da adesão da Turquia à União Europeia (*ibidem*).

O momento em que o partido fora formado, 2001, também muito contribuiu para a vitória do AKP. A Turquia vivia então a pior crise económica desde a Segunda Guerra Mundial, o que causara a completa perda de confiança eleitoral nos partidos tradicionais turcos, tidos como responsáveis pela magnitude da crise (Koch, Chaudhary, & Bilquees, 2002).

O posicionamento do AKP, enquanto força política de centro-direita, impulsionadora do projeto de integração da Turquia na UE, e com uma política externa pró-ocidental, aparentemente pautada por um “secularismo leve”, ofereceu ao partido uma plateia eleitoral muito mais diversificada, que a qualquer dos partidos islâmicos seus antecessores. Atraiu grande parte da classe média moderada, que embora pudesse não partilhar as preocupações e posições do partido em termos político-religiosos, via no recém-formado AKP um partido alternativo aos partidos tradicionais. Esta diversidade de base eleitoral foi capaz de atrair a “classe trabalhadora de centro-esquerda, classe média de centro-direita, nacionalistas rurais, e eleitores islâmicos dos centros urbanos” (Cagaptay, 2017, p. 102), o que se refletiu na esmagadora vitória do AKP nas eleições de 2002 (*ibidem*).

### **3.2 AKP e o Estado Secular (2003-2011)**

A sobrevivência Política inicial do AKP dentro do Estado turco não dependeu apenas do apoio democrático da população. Devido às características particulares da República Turca, que remontam à sua própria Constituição de 1923, e aos desígnios do kemalismo, onde a democracia é condicionada pela condição de secularidade da qual o sistema judicial e, mais particularmente, as Forças Armadas têm o dever de agir como guardiões. No sistema político turco, as Forças Armadas Turcas (FAT) agem como agente regulador político e defensor do Estado secular, externo ao próprio processo democrático (Ezikoğlu, 2021).

Numa primeira fase, como forma de garantir a sobrevivência política do partido, Erdogan necessitou de se estabelecer enquanto líder de um partido de identidade conservadora e democrática, capaz de agir dentro dos limites do secularismo, com os valores conservadores islâmicos apenas levemente presentes. O processo de legitimação do partido foi conseguido principalmente graças ao apoio internacional do Ocidente, em especial da UE que concedeu à Turquia o estatuto de país candidato a uma futura adesão; e pelos EUA onde o projeto AKP era tido como uma solução viável no pós 11 de setembro, para um modelo de democracia muçulmana capaz de estruturar o Médio Oriente de uma forma moderna e democrática, estável o suficiente para impedir a proliferação do terrorismo e fundamentalismo islâmico (*ibidem*).

Erdogan defendia os modelos ocidentais da democracia e dos direitos humanos, e procurava por essa via legitimar a liberdade da expressão política democrática das correntes Islâmicas, o que implicava pôr em causa a tutela militar sobre o sistema político da Turquia (Cagaptay, 2017). Esta posição permitiu a Erdogan colher dividendos e capital político em Bruxelas “que via as forças armadas [Turcas] como antagonistas para a realização dos valores europeus de direitos humanos, direitos de minorias e liberdades básicas na Turquia” (Phillips, 2017, p. 22). Desfazer os poderes políticos das forças armadas fazia parte das reformas base para a qualificação da Turquia no seu processo de adesão à UE.

As reformas instauradas pelo AKP, segundo os critérios de Copenhaga, para tornar a Turquia elegível a uma adesão à UE, são para alguns autores o “cavalo de Troia” da agenda islâmica do AKP. Em nome de uma maior democratização, o que o AKP procuraria, na realidade, seria neutralizar a ação das FAT no sistema governamental, e degradar a secularidade do poder judicial por forma a conferir ao islamismo legitimidade na vida política e social turca (Phillips, 2017).

A polarização entre o Estado secular kemalista e o AKP intensificou-se com a eleição presidencial de 2007. O receio que o candidato do AKP fosse uma personalidade de tradição islâmica, capaz de pôr em causa o regime secular turco, intensificou-se ainda mais por tratar-se de um cargo de alto simbolismo institucional (Dinçsahin, 2012).

A 27 de abril de 2007, o Chefe de Estado Maior, General Yasar Büyükanit, publica um memorando eletrónico no *website* do Estado Maior Turco, conhecido como *e-memorandum*, onde insinuava a possibilidade de as FAT intervirem contra a candidatura de Gul (*ibidem*). Quatro dias mais tarde, a 1 de maio de 2007, o Tribunal Constitucional bloqueia o processo eleitoral como forma de interromper a candidatura de Gul.

Como resposta à decisão do Tribunal Constitucional, Erdogan desfaz o Governo e convoca eleições parlamentares antecipadas (Jenkins G. , 2008). O resultado das eleições antecipadas tidas a 22 de julho de 2007 foi uma esmagadora vitória do AKP que obteve 47% dos votos, e uma representação parlamentar de 341 lugares (Grand National Assembly of Turkey, 2007). Assim, a 28 de agosto de 2007, Abdullag Gul foi eleito, pelo novo Parlamento, Presidente da República (Migdalovitz, 2007).

O segundo mandato do AKP, 2007-2011, foi marcado por uma mudança na forma de atuação do partido e de Erdogan relativamente à questão do Estado secular. Reforçado pelo apoio popular expresso nos mais recentes resultados eleitorais, o AKP e Erdogan iniciam uma fase de confrontação direta com as elites seculares kemalistas e de grandes mudanças institucionais. (Ezikoğlu, 2021).

Foram lançadas duas investigações jurídicas, *Ergenekon* em 2007 e mais tarde *Sledgehammer* em 2010, ambas contra apoiantes proeminentes do kemalismo, incluindo ativistas, jornalistas, figuras militares, e políticos, sendo um dos principais alvos as FAT. Estes processos, posteriormente demonstradas como pouco fundamentadas, baseavam-se em alegados envolvimento em organizações ou planos para orquestrar golpes de Estado que procuravam derrubar pela força o Governo democraticamente eleito da Turquia. Como resultado, centenas de membros kemalistas foram afastados das posições de poder que detinham, tendo estas sido ocupadas agora por atores mais simpatizantes do AKP (Jenkins G. S., 2011; Jenkins G. , 2014; MacDonald, 2019).

Em setembro de 2010, Erdogan propõe um referendo sobre uma emenda à Constituição da República da Turquia. O principal objetivo seria o de aproximar a Constituição da República, a um modelo mais similar ao das Constituições dos países membros da UE, numa tentativa de aproximar e facilitar o processo de adesão à UE (Cagaptay, 2017).

Por outro lado, os opositores ao referendo, maioritariamente do CHP, denunciaram que essa consulta popular teria como intuito oculto, preparar o caminho para uma forma de autoritarismo - nada estranho à sociedade turca - mas desta vez assumindo por atores civis, representados pelo AKP, que passaria a ter o controlo institucional sobre o poder executivo, legislativo e judicial, corrompendo os princípios de separação de poderes (Herzog, 2010).

O referendo constitucional acabou por ser votado a 12 de setembro de 2010, e resultou na aprovação do pacote de 26 mudança constitucionais, com uma taxa de aprovação de 58% (Cagaptay, 2017).

Na prática, o resultado do referendo constitucional de 2010 abriu as portas para a gradual institucionalização do próprio AKP como um partido hegemónico no poder executivo, legislativo e agora também no judicial, colocando em causa toda a balança do sistema democrático e laico do Estado turco.

Erdogan, a partir de 2011, adota um discurso cada vez mais populista, opondo-se aos modelos mais ocidentalizados e modernistas, característicos do esforço secular sempre presente desde a formação da República da Turquia. Este acentuar do conservadorismo islâmico, anti

kemalista e antiocidental, funcionou como um instrumento político capaz de criar mais um contraste divisório que talhava em duas a sociedade turca, relativamente a certos temas (Ezikoğlu, 2021).

A forma autoritária como Erdogan e os seus apoiantes lidaram com a demonstração de descontentamento popular expresso nos acontecimentos de Gezi Park, por uma parte considerável da população, refletiu claramente em 2013, o lado iliberal de Erdogan, e o seu discurso marcado pela bipolarização maniqueísta da sociedade turca, e por um sentimento antiocidental (*ibidem*).

O discurso antiocidental foi reforçado durante os protestos de *Gezi Park*. Este foi apenas um dos muitos episódios onde foi utilizada a retórica antiocidental por parte de Erdogan e o do seu partido, como ferramenta política capaz de instrumentalizar, conforme necessário, a opinião do seu eleitorado em cada crise ou cada campanha política. Ao apresentar o Ocidente, como um inimigo do interesse turco, Erdogan capitalizava apoio político e elevava a sua imagem de líder representante dos interesses das massas e não das elites (Zürcher, 2018).

A 10 de agosto de 2014, realizaram-se pela primeira vez eleições diretas, e não por via parlamentar, para o cargo de Presidente da República conforme as mudanças constitucionais estabelecidas em 2007. Nestas eleições Recep Tayyip Erdogan, então primeiro-ministro pelo terceiro mandato consecutivo e barrado de se candidatar a um quarto pelas diretivas internas do próprio AKP, apresenta-se como candidato (Özbudun, 2014). Erdogan vence com uma maioria de 51.8% dos votos na primeira ronda, tornando-se assim o 12º Presidente da República Turca.

A posição já consolidada do AKP na política turca iria sofrer grandes transformações após 2014, por via do afastamento do eleitorado curdo (Ezikoğlu, 2021).

Muito do apoio do AKP, anteriormente obtido nas regiões de maioria curda, devera-se ao facto de o AKP ser considerado, por esse eleitorado, a melhor alternativa, em comparação com os partidos kemalistas, devido à sua postura inicialmente mais aberta e tolerante sobre os direitos e identidade dessa população (Larrabee & Tol, 2011).

No entanto a formação do partido político HDP, criado 2012, de Esquerda radical, e que se apresentava como defensor das minorias, nomeadamente a curda, acabou por transformar esta realidade. Nas eleições legislativas, em junho de 2015, com 13%, HDP recolhe mais de metade dos votos em províncias com grandes comunidades curdas, onde até então o AKP era o principal partido (Gunes, 2017).

Este resultado eleitoral obtido pelo HDP constituiu um grande contratempo para o AKP, que obteve 41% dos votos e 258 dos 550 lugares parlamentares, nas primeiras eleições em que Ahmet Davutoğlu substituiu Erdogan como candidato a Primeiro-ministro, pela perda pela primeira vez da maioria absoluta do AKP. Como resultado o AKP viu-se incapacitado de formar governo, e convoca novas eleições antecipadas para novembro de 2015 (Grand National Assembly of Turkey, 2015a).

O AKP aproveita então o reacender do conflito curdo, e o período de caos provocado, como forma de combater as conquistas eleitorais do HDP, em diversas cidades com grande representação curda. O 'Problema Curdo' entra então num dos períodos de maior perseguição, que não terminou com as eleições de novembro de 2015 (Christofis, 2019).

Como resultado, nas eleições legislativas de novembro de 2015, o AKP provou ser capaz de consolidar-se, com esta acentuada retórica nacionalista, pois ganhou terreno principalmente junto ao eleitorado do MHP. Como resultado o AKP aumentou em quase 9%, o resultado eleitoral anterior, obtendo assim 317 dos 550 lugares parlamentares, o que lhe permitiu a maioria absoluta e manter Ahmet Davutoğlu como primeiro-ministro (Grand National Assembly of Turkey, 2015b).

Outra das grandes transformações do AKP característica até 2014 foi o fim da aliança do AKP com o Movimento Gulenista. Dois anos antes, na sequência do *Gezi Park Uprising* ambas

as forças já se haviam envolvido num aberto confronto. Os Gulenistas havia desde então procurado minar o monopólio de poder de Erdogan, através da abertura de investigações criminais ao partido, acusações de corrupção e/ou abuso de autoridade, ataques na opinião pública, lutas eleitorais e por último (embora nunca oficialmente confirmado por fontes independentes) um golpe de Estado (Esen & Gumuscu, 2017).

Esta tentativa de golpe de Estado militar, creditada ao movimento Gulenista, iniciou-se na noite de 15 de julho de 2016, ficando para a história como “o golpe mais sangrento da história turca” (Esen & Gumuscu, 2017, p. 62). A intenção acabaria por falhar quando milhares de cidadãos apoiantes do AKP e/ou contra um novo golpe de estado, que compromettesse o processo democrático da nação, revoltaram-se nas ruas (*ibidem*).

Nas próprias palavras de Erdogan a tentativa de golpe de estado acabou por ser “um presente de Deus” (Esen & Gumuscu, 2017, p. 69). Na verdade, permitiu a Erdogan, através da repetida imposição de estado de emergência suspender o Estado de Direito e a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, criando assim o quadro legal que deu legitimidade ao regime para eliminar todo o tipo de dissidência na sociedade turca; não apenas contra o movimento gulenista, identificado como autor da tentativa do golpe, mas também contra qualquer movimento opositor ou que constituísse uma ameaça a Erdogan (Castaldo, 2018).

O golpe de Estado falhado deu também a Erdogan de efetuar as profundas reformas constitucionais que há muito deseja, principalmente a almejada transformação do sistema político turco de parlamentarista para presidencialista, tornando assim o Presidente da República o chefe do Executivo e do Estado (*ibidem*).

As alterações à constituição foram aprovadas pelo Parlamento em janeiro de 2017 (com o apoio do MHP) e submetidas a referendo nacional a 16 de abril, sendo respetivamente aprovadas com 51,41%, e transformando assim a estrutura do Estado, para um sistema presidencialista. O presidente da República passou a deter, legítima e constitucionalmente, a maior parte do poder do Estado (*ibidem*).

#### **4. Política Externa**

Em 1991, o colapso do mundo bipolarizado, o denominado *fim da Guerra Fria*, fez a Turquia entrar, num novo ambiente de incerteza e novas oportunidades. Esta potência média da NATO, que fora durante a Guerra Fria um país fronteiro entre os dois blocos, com a queda da União Soviética, adquiriu um papel de potência regional, dispondo doravante de um leque de diferentes escolhas possíveis quanto à sua política externa (Şahin, 2020).

##### **4.1 Ponto de Partida Kemalista**

A política externa turca no pós-Guerra Fria, a nível global e regional, manteve-se de forma geral, fundamentalmente alinhada com anteriores tendências de uma elite burocrática, altamente institucionalizada na filosofia política kemalista, muito determinada na defesa dos valores ocidentais e no reforço do papel estratégico assumido pela Turquia na região, muito em particular no que respeitava à projeção dos valores ocidentais para a Ásia Central e o Médio Oriente, a troco de uma maior integração do país no bloco ocidental, muito especialmente na UE (*ibidem*).

##### **4.2 AKP - Profundidade Estratégica (2001-2011)**

O 11 de setembro de 2001 marca a data dos ataques terroristas aos EUA que trouxeram repercussões para todo o mundo alterando radicalmente a política securitária internacional. A

destruição do *World Trade Center* e o ataque ao Pentágono, no seio da maior potência mundial, mudou radicalmente a política de Washington (d'Abadie, 2003).

Tendo em conta a localização geográfica e o próprio conflito doméstico com o PKK, organização terrorista curda, a Turquia viu-se na linha da frente da campanha internacional, e prontamente se juntou à coligação das forças militares lideradas pelos EUA no Afeganistão em 2001 (Altunisik, 2006).

No entanto, em 2002, quando os EUA procuraram incluir a Turquia na operação *Iraqi Freedom*, com o objetivo de impor uma mudança de regime, no Iraque do presidente Saddam Hussein, este despoletou um grande debate na sociedade e classe política turca (Altunisik, 2006; Phillips, 2017).

A 1 de março de 2002, o parlamento rejeitou a moção apresentada pelo AKP sobre a participação da Turquia no conflito impedindo, assim, na prática, a criação da frente norte desta ofensiva contra o Iraque, e prejudicando os planos de Washington (Cagaptay & Parris, 2003).

Embora as relações entre os EUA e a Turquia tenham sido afetadas, momentaneamente, por esta decisão, ambos os lados acabaram por reconhecer e preferir salientar os seus interesses comuns e as possibilidades de cooperação no Médio Oriente, e as suas relações rapidamente se normalizaram (Altunisik, 2006; Cagaptay & Parris, 2003).

A visão desenvolvida por Davutoglu, para a nova política externa turca, partia do princípio de que a Turquia havia sido e continuava a ser uma das nações centrais para a política internacional, não só devido à sua localização geográfica, mas também pela sua herança histórica e identidade específica. A Turquia não poderia, pois, manter-se confinada ao papel internacional, de Estado secundário ou simples ponte entre civilizações, como viera sendo caracterizada após a formação da República Turca. Segundo a visão de Davutoglu, posteriormente conceptualizada como "*Strategic Depth Doctrine*", a política externa turca deveria reposicionar o país como uma nação central, com uma área de influência, quer a nível regional, quer a nível global, muito mais profunda que a assumida previamente (Altunisik, 2011).

Seguindo a visão de Davutoglu, denominada de "*Strategic Depth*", estabeleceram-se com as nações vizinhas novas relações e parcerias diplomáticas de forma pró-ativa nomeadamente de boas relações económicas e diplomáticas, especialmente com a Síria e Irão, ao mesmo tempo que as relações tradicionais com o Ocidente não sofreram percalços, mantendo-se a cooperação com os EUA e a adesão à UE, uma prioridade (Aydın, 2013).

No final dos anos 2000, fruto da "*Strategic Depth Doctrine*", a Turquia ultrapassou os atritos do passado, com os seus vizinhos no Médio Oriente, estabelecendo bases de cooperação económica e diplomática nomeadamente por via da abertura da livre circulação sem visa com a Líbia, Síria, Jordânia, Líbano e o Iémen, e acordos de livre comércio com o Egito, Jordânia, Líbano, Marrocos, Síria, Palestina e Tunísia. O resultado desta maior abertura a nível regional foi a promoção de novos mecanismos de diálogo, e o aumento dos investimentos e das trocas comerciais entre a Turquia e os países árabes vizinhos (Altunisik, 2011).

Em 2008, a crise financeira global moldara profundamente o contexto de poder no Médio Oriente e a posição da Turquia nesse sistema. Com uma pesada recessão económica, o foco do recém-eleito presidente dos EUA, Barack Obama, deixou de ser empregar o uso da força militar nas guerras prolongadas no Médio Oriente (Nuruzzaman, 2015). Esta crise teve também grande impacto na Política Externa da UE que se tornou progressivamente mais indiferente às políticas internacionais. (Şahin, 2020).

Neste período, entre 2008 e 2011, a consolidação do poder do AKP ocorreu pois nos meios burocráticos da política externa turca, resultado da diminuição de restrições impostas pelos anteriores interesses de potências ocidentais, EUA e UE, agora mais focados nos seus contextos domésticos e menos nos contextos regionais do Médio Oriente. Foi a mistura perfeita para que

a política externa turca, promovida pelo AKP, e norteadada pela doutrina “*Strategic Depth*” de Davutoglu, assumisse uma direção ainda mais independente e centralizada.

### **4.3 A Primavera Árabe e a Personificação da Política Externa (2011-2020)**

A denominada *Primavera Árabe* foi sem dúvida um dos maiores movimentos sociais modernos de revolta e autodeterminação que ocorreram no Médio Oriente e Norte de África. Este movimento, que rapidamente se alastrou nos anos 2010 e 2011, teve por base demonstrações e revoltas sociais pró-democráticas que confrontaram alguns dos regimes mais autoritários da Região.

Como resultado, o AKP promoveu um modelo de política externa voltado para o apoio ativo ao islamismo moderado enquanto modelo a seguir, e criando uma rede de solidariedade promotora da transição. Esta mudança de postura da política externa turca, mais autónoma, foi um claro corte com o passado quando o país genericamente ajustava as suas principais diretrizes e motivações, apenas em torno da liderança criada pelo Ocidente. A Turquia, embora ainda um parceiro estratégico do Ocidente, e com interesses em comum, procurou assumir um papel de liderança regional ainda mais autónomo e ativo na região, fruto de uma perceção cada vez mais presente na nova elite política do AKP da posição da Turquia, como grande potência regional (Cop & Zihnioglu, 2015).

Quando a 25 de janeiro de 2011, o espírito de revolução da *primavera árabe* atingiu o Egito, onde protestos exigiam a demissão de Hosni Mubarak, então presidente, a resposta e o posicionamento da Turquia foi rapidamente demonstrada. A 1 de fevereiro de 2011, Erdogan expressa o seu apoio aos protestos pró-democratas, apelando à demissão de Mubarak, e à imediata transição democrática no país (Reuters, 2011).

Em 2012, a vitória eleitoral da Irmandade Muçulmana, movimento político islâmico, com uma base filosófica próxima do AKP, foi recebida pelo AKP com a intenção de estabelecer uma sólida e colaborativa relação regional, de forma a promover uma nova e poderosa coligação democrática. No entanto, todos os progressos atingidos, durante esta fase de aproximação, acabaram por ser perdidos quando a 30 de junho de 2013 o regime da Irmandade Muçulmana é alvo de um golpe de estado militar que derrubou o recém-formado Governo (Khalifa, 2017).

A Turquia manteve-se irredutível na defesa do deposto Governo, e numa contínua recusa em reconhecer, no palco internacional, a legitimidade do novo regime egípcio. Isto levou ao declínio das relações diplomáticas entre as duas nações, prejudicando as aspirações da Turquia de desempenhar o papel de líder regional. Esta posição foi ainda agravada pelo facto de grande parte dos Estados árabes do Golfo, apoiarem o novo regime no Egito, o que deu azo à quebra dos investimentos e à deterioração dos interesses turcos no Golfo Pérsico, até então uma das principais zonas de interesse económico do país, desde os progressos feitos no final dos anos 2000 (*ibidem*).

Esta política externa turca, propulsionada pela *Primavera Árabe* permaneceu inamovível no seu apoio exclusivo aos movimentos próximos da sua ideologia política no Médio Oriente, nomeadamente no que respeitava à deposta Irmandade Muçulmana no Egito, o que resultou num grande isolamento regional da Turquia, exceto na sua relação com o Qatar (Cagaptay, 2020b).

Na Síria, o descontentamento social e as demonstrações contra o Regime de Assad eclodiram a 15 de março de 2011. Era do interesse da Turquia uma mudança pacífica e suave na Síria como forma de manter as relações positivas entre os dois países. Erdogan procurou de início utilizar a sua influência para motivar Al Assad a iniciar reformas políticas. No entanto, à medida que os protestos foram recebidos com mais violência estatal e os apelos pela mediação

e implementação de reformas foram sendo ignorados, e o diálogo entre Assad e a oposição dos grupos dissidentes sírios, preconizado pela Turquia, falhou. O escalar de violência interna na Síria, em junho de 2011, levou a que Erdogan declarasse a impossibilidade da Turquia manter o seu apoio ao Governo de Assad, acabando Ancara por apoiar ativamente os grupos dissidentes sírios e as sanções internacionais contra o regime de Damasco (Sümer, 2013).

A instabilidade, às portas das fronteiras com a Síria, trouxe grandes problemas de segurança para a Turquia. Aos poucos, as repercussões desta guerra civil deixaram de estar contidas dentro do território sírio e passaram a afetar diretamente a segurança territorial turca, através de correntes migratórias e de danos colaterais dos confrontos militares nas suas fronteiras (Ozpek & Demirag, 2014).

À medida que as promessas da primavera árabe foram esmorecendo a Turquia viu-se a braços com dois problemas: os refugiados sírios e iraquianos, e a guerra contra o ISIL. A crise dos refugiados, relacionada não só com os Estados falhados e as respetivas guerras civis, mas também com os avanços do ISIL nas mesmas regiões, colocou a Turquia no centro destas duas crises, não só como um dos países mais afetados, mas também enquanto Estado chave para a resolução da crise (Keyman, 2016).

A guerra na Síria, o colapso da primavera árabe, e as posições isoladas defendida pela Turquia, e a quase completa personificação da política externa turca criaram maiores ineficiências entre as vontades políticas e a real capacidade no domínio da política externa de atuação da Turquia. A agenda política doméstica do AKP e os objetivos pessoais de Erdogan, centrado nos ganhos que pudesse obter junto da opinião pública turca, passaram a prevalecer em detrimento dos ganhos em matéria de política externa estratégica e interesses nacionais a longo prazo (Aras, 2019).

## **5. Conclusão**

A presente investigação exploratória visou através de uma abordagem qualitativa, de natureza teórica, compreender o AKP como novo ator político na Turquia. De inspiração islâmica, vinte anos após a sua formação, este partido revolucionou em vários aspetos a política interna e externa da República da Turquia, desde a economia à estrutura do poder, até ao posicionamento do país no sistema internacional.

Neste sentido no quadro das perguntas de partida formuladas, que serviram de corolário para toda a investigação concluímos o seguinte:

**PD** - *“O que permitiu a superação do Kemalismo na Turquia pelo Islamismo Político?”*

A superação do Kemalismo na Turquia pelo Islamismo Político, resultou de um conjunto de esforços na sociedade turca, em particular, em busca de mudança do já exausto Kemalismo. A grande vantagem do AKP surge na sua identidade islâmica moderada capaz de mobilizar apoio internacional e criar uma coligação doméstica, não apenas baseada na vertente religiosa, resiliente o suficiente para sobreviver e aos poucos transformar por completo a balança de poder do Estado.

**PP**- *“O que representa a ‘Nova Turquia de Erdogan’ para o alinhamento da Turquia no sistema internacional, e em particular para o Ocidente?”*

A ‘Nova Turquia de Erdogan’ representa uma transformação da forma e contexto, mas não do seu alinhamento no sistema internacional com o Ocidente. A República da Turquia procura assumir-se como uma potência regional, mais independente e diversificada, com objetivos nacionalistas mais acentuados, coerentes com os seus órgãos de decisão mais centralizados e posturas diplomáticas mais rígidas na defesa dos seus interesses domésticos e políticos. No entanto, a sua crescente integração com o Ocidente, a nível militar e económico, leva a crer que

os interesses políticos e internacionais da 'Nova Turquia de Erdogan' permanecem dependentes e dessa forma interligados de forma geral com os da Comunidade Ocidental.

O ano de 2023 marca uma importante data para a República da Turquia, não só porque representa simbolicamente os 100 anos desde a assinatura do tratado de Lausanne, e correspondentemente desde a sua criação, mas também por ser o ano em que estão previstas as próximas eleições presidenciais e parlamentares. O resultado, que vier a sair das urnas, embora já não coloque em causa a presença do islamismo político no sistema democrático turco, será crucial para a estabilidade do novo sistema governamental e por conseguinte de Erdogan.

No momento da realização desta tese, em 2022, a economia turca atravessa um dos piores períodos desde a liderança do AKP, marcada pela contração do investimento internacional perante as transformações domésticas ao mesmo tempo que, a nível securitário, o apoio internacional a grupos curdos como o PYD coloca em causa a estabilidade da 'Turquia de Erdogan'.

No entanto, é inegável que o enquadramento geopolítico da Turquia, atualmente exaltado pelo contexto bélico do conflito entre a Ucrânia e a Rússia, e pelo crescente debate sobre possíveis expansões da NATO, na qual a Turquia está numa posição única e privilegiada, proporciona um maior alinhamento, desta vez, do próprio Ocidente com a Turquia. Seguramente esta conjuntura, de forma pragmática será utilizada, pelo presidente Erdogan, não só para a defesa dos interesses estratégicos, mas também como forma de garantir que as vitórias, a nível internacional, se refletem no contexto doméstico e partidário turco.

### Referências Bibliográficas

- Ágoston, G., & Masters, B. (2009). *Encyclopedia of the Ottoman Empire*. Facts On File.
- Altunisik, M. B. (2006). Turkey's Iraq Policy: The War and Beyond. *Journal of Contemporary European Studies*, XIV(2), 183-196. doi:10.1080/14782800600892242
- Altunisik, M. B. (2011). Turkish Foreign Policy in the 21st Century. *CIDOB International Yearbook*, pp. 195-199.
- Aras, B. (2019). The Crisis and Change in Turkish Foreign Policy after July 15. *Alternatives: Global, Local, Political*, XLIV(1), 6-18. doi:10.1177/0304375419837415
- Arisan, M. (2008). Kemalism. Em P. N. Stearns, *The Oxford Encyclopedia of The Modern World 1750 To The Present* (Vol. 4, pp. 351-353). Oxford, Inglaterra: Oxford University Press.
- Aydın, A. (2013). The Perception Over Change of Axis in Turkish Foreign Policy in Terms of a Liberal Perspective Between 2002-2010. *Journal of Süleyman Demirel University Institute of Social Sciences*, 235-257.
- Cagaptay, S. (2017). *The New Sultan Erdogan and the Crises of Modern Turkey*. Londres e Nova York: I.B.Tauris.
- Cagaptay, S. (2020). *Erdogan's Empire - Turkey and the Politics of the Middle East*. Londres: I.B. TAURIS.
- Cagaptay, S. (22 de outubro de 2020b). Turkish Foreign Policy Trends: An In-Depth Conversation. (T. Bruyere-Isnard, & C. Mabilie, Entrevistadores) Obtido em 06 de maio de 2022, de <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/turkish-foreign-policy-trends-depth-conversation>
- Cagaptay, S., & Parris, M. (19 de setembro de 2003). *Turkey after the Iraq War: Still a U.S. Ally?* Obtido em 04 de fevereiro de 2022, de The Washington Institute for Near East Policy: <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/turkey-after-iraq-war-still-us-ally>
- Castaldo, A. (06 de dezembro de 2018). Populism and competitive authoritarianism in Turkey. *Southeast European and Black Sea Studies*, 467-487. doi:10.1080/14683857.2018.1550948

Christofis, N. (2019). The state of the Kurds in Erdoğan's 'new' Turkey. *Journal of Balkan and Near Eastern Studies*, XXI(3), 251-259. doi:10.1080/19448953.2018.1497750

Cop, B., & Zihnioglu, Ö. (2015). Turkish Foreign Policy under AKP Rule: Making Sense of the Turbulence. *Political Studies Review*, 1-11. doi:10.1111/1478-9302.12088

d'Abadie, D. S. (2003). From 11/9 to 9/11: Continuity or Change in International Politics? *Nação e Defesa*, 123-134.

Dewdney, J. C., & Yapp, M. E. (26 de dezembro de 2021). *Encyclopedia Britannica Turkey-Kemalist Policies*. Obtido em 29 de dezembro de 2021, de Encyclopedia Britannica: <https://www.britannica.com/place/Turkey>

Dinçsahin, S. (2012). A Symptomatic Analysis of the Justice and Development Party's Populism in Turkey, 2007–2010. *Government and Opposition*, 47(4), 618-640. doi:doi:10.1111/j.1477-7053.2012.01377.x

Esen, B., & Gumuscu, S. (janeiro de 2017). Turkey: How the Coup Failed. *Journal of Democracy*, XXVIII(1), 59-73.

Ezikoğlu, Ç. (2021). *The Logic of Political Survival in Turkey The Case of AKP*. Londres: Lexington Books.

Grand National Assembly of Turkey. (22 de julho de 2007). *Grand National Assembly of Turkey Elections Held in 2007*. Obtido em 28 de março de 2022, de Parline database: [http://archive.ipu.org/parline-e/reports/arc/2323\\_07.htm](http://archive.ipu.org/parline-e/reports/arc/2323_07.htm)

Grand National Assembly of Turkey. (12 de junho de 2011). *Grand National Assembly of Turkey Elections Held in 2011*. Obtido em 04 de abril de 2022, de Parline database: [http://archive.ipu.org/parline-e/reports/arc/2323\\_11.htm](http://archive.ipu.org/parline-e/reports/arc/2323_11.htm)

Grand National Assembly of Turkey. (07 de junho de 2015a). *Grand National Assembly of Turkey Elections Held in June 2015*. Obtido de Parline database: [http://archive.ipu.org/parline-e/reports/arc/2323\\_15\\_June.htm](http://archive.ipu.org/parline-e/reports/arc/2323_15_June.htm)

Grand National Assembly of Turkey. (01 de novembro de 2015b). *Grand National Assembly of Turkey Elections Held in November 2015*. Obtido de Parline database: [http://archive.ipu.org/parline-e/reports/arc/2323\\_15\\_Nov.htm](http://archive.ipu.org/parline-e/reports/arc/2323_15_Nov.htm)

Gunes, C. (setembro de 2017). *Turkey's New Left*. Obtido em 14 de abril de 2022, de New Left Review 107: <https://newleftreview.org/issues/ii107/articles/cengiz-gunes-turkey-s-new-left>

Herzog, M. (novembro de 2010). FPC Briefing: Analysing Turkey's 2010 constitutional referendum. *The Foreign Policy Centre*, pp. 1-5.

Izmaylov, R. I., Fakhrutdinov, R. R., & Galimzyanova, L. R. (4 de setembro de 2017). Kemalism: The Term, Content, and Contemporary Visions. *Journal of History Culture and Art Research*, 6(4), 1253-1259. doi:<http://dx.doi.org/10.7596/taksad.v6i4.1165>

Jenkins, G. (2008). Turkey's Latest Crisis. *Survival: Global Politics and Strategy*, 50(5), 5-12. doi:DOI 10.1080/00396330802456437

Jenkins, G. (25 de junho de 2014). The Balyoz Retrial and the Changing Politics of Turkish Justice. *Turkey Analyst*, VII(12), pp. 1-3.

Jenkins, G. S. (junho de 2011). Ergenekon, Sledgehammer, and the Politics of Turkish Justice: Conspiracies and Coincidences. *Middle East Review of International Affairs*, 15(2), 1-9.

Karadjis, M. (19 de outubro de 1997). *Behind the Turkish Military's "Soft Coup"*. Obtido de World History Archives: <http://www.hartford-hwp.com/archives/51/294.html>

Keyman, E. (2016). Turkish foreign policy in the post-Arab Spring era: from proactive to buffer state. *Third World Quarterly*, 1-14. doi:10.1080/01436597.2016.1199260

Khalifa, M. (fevereiro de 2017). Turkish Foreign Policy in the Middle East After Arab Spring. *International Relations and Diplomacy*(V), 102-111. doi:10.17265/2328-2134/2017.02.004

Koch, L., Chaudhary, M., & Bilquees, F. (fevereiro de 2002). Crisis in Turkey: Causes and Consequences. *The Pakistan Development Review*, XL(4), pp. 467-486.

Larrabee, F. S., & Tol, G. (2011). Turkey's Kurdish Challenge. *Survival*, LIII(4), 143-152. doi:10.1080/00396338.2011.603566

Lord, C. (2018). *Religious Politics in Turkey - From the Birth of the Republic to the AKP*. Cambridge: Cambridge University Press.

MacDonald, A. (30 de agosto de 2019). *Ergenekon: The bizarre case that shaped modern Turkey*. Obtido em 30 de março de 2022, de Middle East Eye: <https://www.middleeasteye.net/big-story/ergenekon-trials-turkey-gulen>

Migdalovitz, C. (2007). *Turkey's 2007 Elections: Crisis of Identity and Power*. Washington: Congressional Research Service.

Nuruzzaman, M. (2015). President Obama's Middle East Policy, 2009-2013. *Insight Turkey*, XVII(1), 171-190.

Outzen, R., & Cagaptay, S. (17 de fevereiro de 2022). *The Third Age of Erdoğan's Foreign Policy*. Obtido em 10 de maio de 2022, de Center for European Policy Analysis: <https://cepa.org/the-third-age-of-erdogans-foreign-policy/>

Özbudun, E. (setembro de 2014). The 2014 Presidential Elections in Turkey: A Post-election Analysis. *Global Turkey In Europe*, pp. 1-5.

Ozpek, B. B., & Demirag, Y. (2014). Turkish foreign policy after the "Arab Spring": from agenda-setter state to agenda-entrepreneur state. *Israel Affairs*, XX(3), 328-346. doi:10.1080/13537121.2014.922806

Phillips, D. L. (2017). *An Uncertain Ally Turkey Under Erdogan's Dictatorship*. Nova Jersey: Transaction Publishers.

Reuters. (01 de fevereiro de 2011). *Turkey tells Mubarak to listen to the people*. Obtido em 04 de maio de 2022, de Reuters: <https://www.reuters.com/article/idINIndia-54562520110201>

Reynolds, M. A. (2012). *Echoes of Empire: Turkey's Crisis of Kemalism and the Search for an Alternative Foreign Policy*. Washington: Brookings.

Şahin, M. (19 de julho de 2020). Theorizing the Change: A Neoclassical Realist Approach to Turkish Foreign Policy. *Contemporary Review of the Middle East*, VII(4), 483-500. doi:10.1177/2347798920940078

Schweller, R. (2004). Unanswered Threats A Neoclassical Realist Theory of Underbalancing. *International Security*, pp. 159-201.

Stranger, M. (27 de março de 2012). *Review - Unanswered Threats*. Obtido em 22 de abril de 2022, de E-International Relations: <https://www.e-ir.info/2012/03/27/review-unanswered-threats-2/>

Sümer, F. (2013). Turkey's Changing Foreign Policy and the Arab Spring. *The Innovation Journal*, XVIII(1), 1-28.

Yavuz, M. (2001). Five stages of the construction of Kurdish nationalism. *Nationalism and Ethnic Politics*, VIII(3), pp. 1-24. doi:10.1080/13537110108428635

Zürcher, E. J. (19 de outubro de 2018). *Erdogan's Anti-Western Discourse: Ideology or Opportunism?* Obtido em 12 de abril de 2022, de Ahval: <https://ahvalnews.com/erdogan-turkey/erdogans-anti-western-discourse-ideology-or-opportunism>